



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IBÁITI

ESTADO DO PARANÁ

= DECRETO Nº089/93 DE 29/07/93 =

**SÚMULA:** Concede reajuste salarial ao funcionalismo municipal e dá outras providências.

O SENHOR FRANCISCO PEREIRA GOULART, PREFEITO MUNICIPAL DE IBÁITI, ESTADO DO PARANÁ, considerando os índices oficiais de inflação; considerando o último reajuste do Salário Mínimo Nacional para o mês de julho/93,

## D E C R E T A

**Art. 1º)**- Fica concedido, a partir de 1º/07/93, o reajuste salarial de 40% (Quarenta por cento), ao Funcionalismo Municipal, sujeito a Tabela Própria de que tratam os Anexos VIII, IX e X, da Lei nº045/93, de 16/07/93, extensivo aos pensionistas, aposentados e ao Quadro de Servidores da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Ibatí.

**Art. 2º)**- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao 1º dia do mês de julho de 1993, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBÁITI, ESTADO DO PARANÁ, aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de mil nove centos e noventa e três (29/07/93).

  
Francisco Pereira Goulart  
PREFEITO MUNICIPAL

## 2ª. QUINZENA DE AGOSTO

vil, devidamente organizadas na forma da lei, elegerão 02 (dois) delegados por entidade.

5) Servidores e funcionários de órgão de saúde, de unidades públicas ou privadas, representantes de associação de moradores, de organizações, entidades de classe e diretórios estudantis, elegerão seus delegados conforme o seguinte critério:

Número de participantes:

Com 10 — 01 delegado

De 11-20 — 02 delegados

De 21-30 — 03 delegados

Acima de 31 — 04 delegados.

**Da eleição dos Delegados:**

1 — Todos os delegados deverão ser obrigatoriamente eleitos em assembleias de base, observando os seguintes critérios:

- a) — Convocação ampla, com indicação prévia do dia, hora e local.
- b) — A Comissão organizadora do evento poderá ser convidada a participar das as-

Francisco Pereira Goulart  
PREFEITO MUNICIPAL

Norma Regina Ruiz Ferreira  
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO

**DECRETO N°. 089/93 DE 29/07/93**

SÚMULA: Concede reajuste salarial ao funcionalismo municipal e dá outras providências.

O SENHOR FRANCISCO PEREIRA GOULART, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, considerando os índices oficiais de inflação; considerando o último reajuste do Salário Mínimo Nacional para o mês de julho/93,

**DECRETA**

Art. 1º. — Fica concedido, a partir de 1º/07/93, o reajuste salarial de 40% (quarenta por cento), ao Funcionalismo Municipal, sujeito a Tabela Própria de que tratam os Anexos VIII, IX e X, da Lei n°. 045/93, de 16/07/93, extensivo aos penso-

mento superior a variação do índice oficial de inflação, considerando a insuficiência decorrente de expansão patrimonial, e comunidade ou de novas atribuições recebidas no decorrer do exercício de vigência.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo ficam excluídas as despesas indicadas no artigo 3, 4, 7 e 8, parágrafo 9º. — O relatório bimestral de que trata o artigo 165, parágrafo 3, da Constituição Federal, demonstrara, por categoria de programação, a operacional não poderá ter au-

to em relação a despesa projetada no caso de comprovada incremento físico de serviços a exercício de elaboração ou no

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição de cada órgão, fundo ou

**PANORAMA REGI**

nistas, aposentados e ao Quadro de Servidores da Fundação Hospitalar de São Francisco de Ibaiti.

Art. 2º. — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao 1º. dia do mês de julho de 1993, ressalvadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ES-  
TE E NOVE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE MIL NOVOS (29/07/93).

Francisco Pereira Goulart  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO N°. 090/93 DE 02/08/93**

SÚMULA: Dispõe sobre o reajuste das diárias aos servidores do Município quando em viagem à serviço da municipalidade e dá outras provisões.

O SENHOR FRANCISCO PEREIRA GOULART, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ES-

TADO DO PARANÁ, usando de suas atribuições legais no exercício, superadas as receitas desde que o excesso das operações de crédito nos termos do artigo 167, III, Art. 7º. — Para efeito do disposto do artigo 169, parágrafo único, da Constituição Federal, fica estabelecido que as despesas com pessoal não poderão exceder o limite estabelecido no artigo 38 do A

nais Transitórios.

Art. 8º. — As despesas com custeio administrativo e

ma de um reajuste de 40% (quarenta e quatro por cento), a partir de 01 de julho de 1993.

ARTIGO 2º. — Os recursos para cobertura das despesas mencionadas no Art. 1º.

ARTIGO 3º. — Fica ainda a Seção de Pessoal autorizada a proceder o arredonda-

mento dos centavos.

ARTIGO 4º. — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

entidade, as despesas realizadas com:

I — Diárias relativas a trabalho fora da sede;

II — Consultoria de qualquer espécie;

III — Publicidade e propaganda.

Art. 10 — É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como suas alterações, de quaisquer recursos do Município, para Clubes e associações de serviços ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas creches e escolas.

Art. 11 — É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de dotações a título de subvenções sociais para entidades públicas federais, estaduais e municipais.

Parágrafo Primeiro — O título a que se refere "Caput", fica exclusivo para transferência de recursos a entidades privadas sem fins lucrativos, desde que:

I — Sejam registrados no Conselho Nacional de Serviços Sociais;

II — Atendam ao disposto no artigo 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitorias.

Parágrafo Segundo — É vedada, também, a inclusão de dotações, título de auxílios,

**SAO JERONIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANA, USANDO DAS SUAS ATRIBUICOES LEGAIS etc...****DECRETA:**

ARTIGO 1º. — Ficam reajustados os salários, vencimentos, funções gratificadas e

por cento), a partir de 01 de julho de 1993.

ARTIGO 2º. — Os recursos para cobertura das despesas mencionadas no Art. 1º.

ARTIGO 3º. — Fica ainda a Seção de Pessoal autorizada a proceder o arredonda-

mento dos centavos.

ARTIGO 4º. — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas

as disposições em contrário.

REGISTRE-SE — PUBLIQUE-SE

São Jerônimo da Serra, 01 de julho de 1993.

GILBERTO PINHEIRO DE MELLO

Prefeito Municipal

os vereadores, la Câmara Mu-  
tomada provi-  
do de Oliveira  
eitura Municipa-  
izado, por este  
se intimidaria.  
 pelo vereador  
prostitutas  
le; jogos estão  
do espeluncas,  
s apelam para  
de proteção a  
cia, para coibir

**ONAL**

Fundação Hospitalar de Saú-  
de sua publicação, com efeito

resgatadas as disposições em

ESTADO DO PARANÁ, aos vin-  
tagecentos e noventa e três

de

**708/93**

rvidores do Município quando

providências.

TO MUNICIPAL DE IBAITI, ES-

e considerando o "Art. 2º. do

de despesas seja financiado por

da Constituição Federal.

arágrafo único, da Constituição

soal e encargos sociais não po-

to das Disposições Constitucio-

operacional não poderá ter au-

to em relação a despesa proje-

salvo no caso de comprovada

incremento físico de serviços a

exercício de elaboração ou no

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição

de cada órgão, fundo ou

luidas do disposto neste artigo

foi único desta Lei.

165, parágrafo 3, da Constituição